

Globalização, modernidade e individualização social

Globalization, modernity and social individualization

R esumo

O artigo examina as características e bases institucionais dos processos de individualização social em contextos de modernidade tardia e globalização do espaço social. A individualização refere-se aos mecanismos e processos que tornam a percepção dos problemas sociais como problemas individuais, em função de disposições psicológicas e familiares. Globalização e individualização apresentam-se como duas faces de um novo modo de *societalização*. Este novo padrão de articulação das relações indivíduo / sociedade exprime na *biografização* dos problemas sociais algumas das mais dramáticas conseqüências do enfraquecimento da problematização do social no espaço público e na ação coletiva.

Palavras-chave: modernidade, globalização, individualização social e trajetórias biográficas.

A bstract

The paper examines the characteristics and institutional bases of the individualization processes in contexts of late modernity and globalization of the social space. Individualization refers to the mechanisms and processes, which turn the perception of social problems into individual problems, in view of psychological and family dispositions. Globalization and individualization emerge as two sides of a new mode of societalization. This new pattern of individual/society articulation expresses, in the biographisation of social problems, some of the most dramatic consequences of the weakening of the problematization of the social in the public space and in collective action.

Key words: modernity, globalization, social individualization, biographic trajectories.

Myriam Raquel Mitjavila

Doutora em Sociologia pela USP.

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social

Cristiane da Silva de Jesus

Assistente Social.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, Bolsista CAPES.

Introdução

O presente trabalho tem por finalidade demonstrar a importância que assumem os processos de individualização social nas sociedades contemporâneas, fundamentalmente do ponto de vista da sua estreita associação com as dimensões institucionais da globalização em contextos de modernidade tardia. Nesse sentido, a questão da individualização pode ser interpretada como consequência de uma recente e generalizada renovação dos mecanismos institucionais que participam da regulação das relações entre indivíduo e sociedade. De modo geral, a individualização refere-se aos mecanismos e processos que tornam a percepção dos problemas sociais como problemas individuais, em função de disposições psicológicas e familiares. As crises sociais apresentam-se desse modo como crises individuais e, devido a isso, não são geralmente percebidas como ancoradas no domínio do social (BECK, 1992). Em termos culturais, isso significa que na modernidade tardia assiste-se a uma decomposição das fontes de significado coletivas (consciência de classe, fé no progresso, etc.), as quais tornam-se objetos de desencantamento e esgotamento, ao mesmo tempo em que sua perda leva às instituições a depositarem as funções de suporte nos indivíduos: este é um dos significados que adquire o conceito de processo de individualização na teoria social contemporânea, principalmente na obra do sociólogo alemão Ulrich Beck, perspectiva que será adotada para o tratamento do tema no presente texto.

O artigo consta de duas partes. A primeira dedica-se ao exame da modernidade como experiência contemporânea, particularmente no que diz respeito às dimensões globalização e individualização. A segunda parte da discussão refere-se às trajetórias biográficas e estilos de vida como alvos privilegiados dos processos de

individualização social. Ensaia-se aqui algumas idéias sobre o papel que desempenham o saber experto e os agentes profissionais da área social nos processos de individualização em geral, e, particularmente, na construção das trajetórias biográficas. Finalmente, o presente ensaio desemboca em algumas hipóteses que deverão ser retomadas em futuras pesquisas sobre o tema.

1 Globalização e individualização: duas faces da experiência contemporânea da modernidade

O termo modernidade designa, geralmente, um conjunto de condições sociais de alcance sistêmico (diferenciação estrutural, racionalização, universalização) e de caráter multidimensional (econômico, político, cultural, psicossocial, etc.), baseados no desenvolvimento de saberes e práticas instituídas e instituintes de novos parâmetros espaço-temporais (AUGUSTO, 1993) para a produção e a reprodução da vida em sociedade. Em termos históricos, a emergência, a consolidação e a crise da modernidade abarcam um período extenso que remonta a um tipo de existência social da qual ainda hoje fazemos parte:

[...] utilizo a palavra 'modernidade' num sentido muito geral para me referir às instituições e formas de comportamento impostas inicialmente na Europa posterior ao feudalismo, mas que no século XX ganharam, devido a seus efeitos, um caráter histórico mundial. O termo 'modernidade' pode ser considerado aproximadamente equivalente à expressão 'mundo industrializado', enquanto seja aceito que a industrialização não se reduz unicamente a seu aspecto

institucional. [...] Utilizo a palavra industrialização para me referir às relações sociais que acarreta o emprego generalizado da força física e da maquinaria nos processos de produção. Neste sentido, constitui um dos eixos institucionais da modernidade. Outro de seus aspectos é o capitalismo, termo que deve ser entendido como sistema de produção de mercadorias que abrange tanto os mercados de produtos competitivos quanto a transformação em mercancia da força de trabalho. (GIDDENS, 1991, p. 26-27).

A modernidade, em Giddens (1995), alude fundamentalmente ao campo institucional, já que as instituições modernas, por seu dinamismo, impacto generalizado e quebra com as formas de conhecimento e ação tradicionais, diferem de todas as formas precedentes de ordem social.

Com efeito, a modernidade produziu o surgimento de um duplo processo: de um lado, homogeneização universalizadora e reducionista da subjetividade, e, do outro, fragmentação ou "quebra das territorialidades humanas tradicionais". (GUATTARI, 1987, p. 181; 1992, p. 15). De qualquer maneira, as duas tendências podem ser interpretadas como duas faces de uma mesma moeda, que se caracteriza principalmente pelo enfraquecimento amplo e deliberativo de um *ethos* denso representado na apertada rede de imperativos morais próprios da ordem pré-moderna (GIDDENS, 1995; HELLER, 1995).

Os processos de secularização, racionalização, urbanização e diferenciação, entre outros, determinaram o desenvolvimento de novas características nos campos da ideologia, da ciência, da técnica, da religião, da arte e praticamente de todas as formas do saber, transformações que se expri-

mem na alteração das pautas de relacionamento das instituições com os indivíduos.

Isto não significa pensar a modernidade como experiência uniforme. Neste sentido, pode-se dizer que não existe uma modernidade porque muitas modernidades são possíveis, principalmente no momento contemporâneo (BECK, 1997). Por isto, serão expostos a seguir alguns traços estruturais da modernidade que admitem níveis e graus de implantação diferenciados de acordo ao contexto considerado em cada caso. Estes traços foram escolhidos partindo de diferentes autores cujas fontes teóricas e materiais empíricos se encontram em muitos aspectos afastados do tipo de realidade social que inspira a realização deste trabalho, pois têm como principal referência as sociedades desenvolvidas do mundo ocidental. Entretanto, trata-se de aspectos das instituições modernas que transcendem as fronteiras nacionais. Assim, o caráter heterogêneo das formações sócio-culturais latino-americanas possibilitou a emergência de formas descontínuas, alternativas e híbridas que revelam a incorporação e ao mesmo tempo a superação do *grand récit* da modernidade. Trata-se de uma heterogeneidade que seria um dos efeitos da implantação não uniforme da modernidade como experiência (DOMINGUES, 1999; YUDICE, 1991).

Por outro lado, não se pretende nesta seção realizar uma caracterização global da modernidade do ponto de vista institucional; apenas tenta-se identificar e discutir algumas propriedades da experiência da modernidade contemporânea ou tardia¹ que apresentariam uma estreita relação com os processos de individualização social.

Uma das características da modernidade como experiência contemporânea consiste no seu caráter globalizante. Sem dúvida, a modernidade produziu um nível de distanciamento tempo-espaço como nunca houve em períodos precedentes, permitindo, con-

seqüentemente, que as relações entre formas sociais e eventos locais e distantes se alongassem. Para Giddens (2002, p. 27) a globalização se refere a este processo de alongamento e pode ser compreendida, de modo geral, como a “interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais ‘à distância’ com contextualidades locais”.

É necessário pontuar que a globalização é um conceito de caráter polissêmico e multidimensional². Aqui está sendo considerada como um aspecto associado a um “novo modo de societalização” que tem permitido a expansão da modernidade reflexiva a diferentes sociedades locais. Neste sentido, podemos interpretar que a experiência da modernidade tardia em diferentes partes do mundo contemporâneo estaria associada aos processos de globalização. Na interpretação de Ianni (1996) a globalização possui alcance civilizatório e alta densidade social:

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. [...] Assinala a emergência da sociedade global, com uma totalidade abrangente, complexa e contraditória (IANNI, 1996, p. 11).

Este tipo de processo tem sido objeto de inúmeras interpretações. Para os fins da presente discussão interessa salientar a importância que assume a globalização da vida social como elemento constitutivo de um novo modo de societalização, caracterizado pelo desenvolvimento dos, entre outros, seguintes aspectos: consolidação de um novo padrão de acumulação capitalista; transformações no mundo do trabalho; emergência de uma nova questão social; inadequação das respostas e instrumentos de gestão do social ao novo quadro de problemas, e transformações do tecido

institucional contemporâneo, principalmente no que diz respeito à regulação das relações indivíduo / sociedade.

É precisamente nesta última dimensão onde podem ser localizados os mecanismos institucionais que sustentam as formas contemporâneas de individualização dos agentes sociais. Isto pode ser melhor compreendido se analisarmos os sentidos e alcance que adota a noção de individualização no interior da teoria social contemporânea, sentidos quase sempre fortemente vinculados à questão da construção da ordem, especialmente no que diz respeito às relações entre indivíduo e sociedade.

Como assinala Santos (1995, p. 5),

[...] a regulação social da modernidade capitalista se, por um lado, é constituída por processos que geram desigualdade e exclusão, por outro, estabelece mecanismos que permitem controlar ou manter dentro de certos limites esses processos. Mecanismos que, pelo menos, impedem que se caia com demasiada frequência na desigualdade extrema ou na exclusão extrema. Estes mecanismos visam uma gestão controlada do sistema de desigualdade e de exclusão.

Trata-se de mecanismos cuja existência e funcionamento apoiam-se nas instituições sociais. Neste sentido, poder-se-ia afirmar que as instituições desempenham um papel fundamental na regulação das relações entre agentes e estruturas sociais. Assim, autores como Beck (LASH; WYNNE, 1992) consideram que, quando a modernização atinge um certo nível, os constrangimentos de natureza estrutural sobre os indivíduos diminuem, já que são as próprias forças do processo de mudança estrutural que tornam os atores mais livres com relação à

estrutura. Para que a modernização seja bem sucedida nessa fase, os agentes sociais devem eles mesmos se livrar desses constrangimentos como forma de permitir o processo modernizador. Segundo Beck (LASH; WYNNE, 1992), trata-se de uma mudança estrutural da vida privada, baseada na individualização dos agentes privados, os quais estão forçados a tomar decisões sobre si mesmos, como com quem se casar, ter filhos, definir preferências sexuais, etc. Livres de pressões estruturais, os indivíduos devem construir reflexivamente suas próprias biografias. Isto pode ser particularmente observado no mundo do trabalho, o qual apresenta cada vez mais exigências em termos de reestruturação, respostas flexíveis e rápidas, características que incluem também a utilização do tempo livre.

De certo ponto de vista, poder-se-ia afirmar junto com Rosanvallon (1995) que a modernidade tardia está vinculada a uma inflexão decisiva na percepção do social. Assim, a crise do Estado Providência não implica apenas uma série de mecanismos que enfraquecem, transformam ou suprimem fatores de integração social, como também representam um apelo à responsabilidade dos indivíduos nos processos de gestão dos riscos sociais. Trata-se de transformações do edifício social que não só alteram as percepções quanto à incerteza, mas também levam a uma relação diferente dos indivíduos com o Estado.

Esta orientação pode ser mais extensamente interpretada como uma transformação global das relações entre os indivíduos e as instituições sociais (ROSANVALLON, 1995). E em certa medida, a referida transformação, por sua vez, pode ser considerada como uma radicalização do padrão introduzido pela modernidade desde seus inícios, segundo a qual os sujeitos tanto individuais quanto coletivos são submetidos a uma “lógica de mercado” simbólica. A modernidade cria, então, uma situação na qual se-

leccionar e escolher representam verdadeiros imperativos socioculturais: os indivíduos são convocados a recolher e articular os fragmentos de um mundo dilacerado do ponto de vista da significação subjetiva.³

Conforme foi registrado em um trabalho anterior (MITJAVILA, 2002), as transformações das relações entre indivíduo e sociedade teriam chegado a ponto de privar as distinções de classe de sua identidade. Isto não significaria o desaparecimento das desigualdades sociais baseadas em clivagens tradicionais, e sim sua redefinição em termos de uma individualização dos riscos sociais: os problemas sociais passam a ser percebidos em função de disposições psicológicas e familiares, como se fossem independentes das contradições sistêmicas que os determinam (MITJAVILA, 2002, p. 136).

Deste modo, as incertezas que se colocam podem tornar os indivíduos e as famílias mais vulneráveis e expostas a desenvolver crises que, ao invés de serem tomadas como crises sociais, são vistas como crises individuais.

As conseqüências sociopolíticas da individualização podem ser devastadoras, principalmente se considerarmos que nem todos os indivíduos e famílias poderão desenvolver formas bem sucedidas de resposta biográfica às novas exigências da vida social.

Configura-se então, um processo de individualização, que pode ser entendido como

[...] a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas para si e para os outros que não a possuem (BECK, 1997, p. 25-26).

Assim, a individualização significa desincorporação e reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos novos. Contudo, este processo não ocorre baseado na livre decisão dos indivíduos como evidencia Beck (1997, p. 26):

A individualização é uma compulsão, mas uma compulsão pela fabricação, o auto-projeto e a auto-representação, não apenas da própria biografia, mas também de seus compromissos e articulações à medida que as fases da vida mudam, porém, evidentemente, sob as condições gerais do Welfare State [...].

Neste quadro são colocadas exigências para que o indivíduo se constitua como um indivíduo a fim de que possa participar das proteções e benefícios materiais e simbólicos associados ao modelo do *Welfare State*. Este indivíduo deve ser capaz de tomar decisões sobre si mesmo ou sofrer as conseqüências que lhe serão auto-infligidas em caso de fracasso. Essas decisões não são livres, como foi dito, e

[...] colocam o indivíduo como um indivíduo que está no centro das coisas e desestimula os modos de vida e a interação tradicionais, (BECK, 1997, p. 27).

A modernidade tardia também provoca transformações nas fontes de significado coletivo e específicas de grupo como, por exemplo, a consciência de classe e a crença no progresso. Beck (1997) observa que a

reflexividade da modernidade produz “uma crise institucional fundamental e mais extensivamente profunda na sociedade industrial tardia”.

O declínio de sujeitos coletivos como o Estado, a comunidade e os sindicatos, que teoricamente garantiam a proteção dos indivíduos e seus direitos, conduz à imposição de todo o esforço de definição sobre os indivíduos.

As oportunidades, ameaças, ambivalências da biografia, que anteriormente era possível superar em um grupo familiar, na comunidade da aldeia ou se recorrendo a uma classe ou grupo social, devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos. Certamente, ainda podem ser encontradas famílias, mas a família nuclear está se tornando uma instituição cada vez mais rara. Há desigualdades crescentes, mas as desigualdades e a consciência de classe perderam sua posição central na sociedade (BECK, 1997, p. 18).

Porém, poder-se-ia dizer, junto com Beck, que as formas que adota a individualização nas sociedades contemporâneas diferem em muitos aspectos daquelas que fizeram parte dos processos de consolidação da modernidade simples. Beck (1997, p. 18) refere-se a essa distinção nos seguintes termos:

Para Georg Simmel, Emile Durkheim e Max Weber, que teoricamente moldaram este processo e o esclareceram em vários estágios no início do século XX, a diferença está no fato de que atualmente as pessoas não estão sendo “libertadas” das certezas feudais e religiosas-transcenden-

tamentais para o mundo da sociedade industrial, mas sim da sociedade industrial para a turbulência da sociedade de risco global. Espera-se que elas convivam com uma ampla variedade de riscos globais e pessoais diferentes e mutuamente contraditórios.

Cabe realçar também que a noção de *individualização* não possui alguns dos significados que muitos lhe atribuem. No contexto da perspectiva aqui adotada, *individualização* não significa atomização, isolamento, solidão, desconexão ou o final mesmo de todo tipo de sociedade. Tampouco *individualização* é sinônimo de emancipação ou ressurgimento do indivíduo burguês após de sua desapareição (BECK, 1997).

Resulta interessante a argumentação de Beck (1997) em torno da idéia de *individualização*. Para este autor, *individualização* não implica a substituição de antigas certezas por uma situação de vazio. Ao contrário, trata-se do surgimento de uma nova forma de conduzir e organizar a vida, já não mais obrigatória e vinculada a modelos tradicionais e sim baseada em elementos matriciais do próprio Estado de Bem-Estar. Este último pressupõe a existência do indivíduo como ator e construtor de sua própria biografia, identidade, pertencimentos, compromissos e lealdades. Com efeito, no Estado de Bem-Estar, os direitos sociais apresentam-se como direitos individuais e, mais especificamente, como direitos dos indivíduos trabalhadores, já que o acesso à proteção e benefícios materiais do Estado de Bem-Estar pressupõe determinada relação com o mercado de trabalho, na imensa maioria dos casos. Nesse sentido, Beck (1997, p. 27) aponta o seguinte:

A participação no trabalho, por sua vez, pressupõe uma participação na educação, e ambos pressupõem a mobilidade e a prontidão a ser

móbil. Todas essas exigências não ordenam nada, mas requerem que o indivíduo consinta em se constituir como um indivíduo, para planejar, compreender, projetar e agir – ou sofrer as consequências que lhe serão auto-infligidas em caso de fracasso.

Assim, os processos de *individualização* registram-se em um contexto caracterizado pela perda de vigor de antigas certezas e suportes coletivos e, ao mesmo tempo, pela compulsão por procurar novas certezas. Aliás, os processos de *desvinculação* acontecem simultaneamente com a construção de novas interdependências, inclusive aquelas de natureza global. Por isso, pode-se afirmar junto com Giddens (1991) que a *individualização* e a *globalização* constituem, de fato, duas caras do mesmo processo de modernização reflexiva.

Neste quadro de análise, é preciso que um aspecto do problema seja adequadamente definido: a *individualização* não está baseada em decisões livres dos indivíduos. Na linguagem sartreana poder-se-ia dizer que os indivíduos estão condenados à *individualização*. Neste sentido, a biografia padrão torna-se uma biografia *self made* ou, nas palavras de Giddens, uma biografia reflexiva (GIDDENS, 1995).

Ao mesmo tempo, os processos de *individualização* típicos da modernidade tardia não devem ser reduzidos ao privado. Beck adverte que, pelo contrário, estendem-se à política num sentido novo: os indivíduos *individualizados*, dedicados ao *bricolage* de si mesmos e de seu mundo, deixaram de ser aqueles que “desempenhavam um papel” no mundo da modernidade simples, no sentido postulado pelo funcionalismo. Isto estaria obedecendo à passagem de uma modernidade “inequívoca” para uma modernidade “ambivalente”, caracterizada pela coexistência de múltiplas tramas discursivas (BAUMAN, 1991).

É preciso também sublinhar que a questão da individualização não se reduz ao problema da alienação nas sociedades capitalistas. Neste aspecto, pode-se concordar com a afirmação de Santos:

A erosão da proteção institucional, sendo uma causa, é também um efeito do novo darwinismo social. Os indivíduos são convocados a serem responsáveis pelo seu destino, pela sua sobrevivência e pela sua segurança, gestores individuais das suas trajetórias sociais sem dependências nem planos predeterminados. No entanto, esta responsabilização ocorre de par com a eliminação das condições que a poderiam transformar em energia de realização pessoal. O indivíduo é chamado a ser o senhor do seu destino quando tudo parece estar fora do seu controle. A sua responsabilização é a sua alienação; alienação que, ao contrário da alienação marxista, não resulta da exploração do trabalho assalariado mas da ausência dela. Esta responsabilidade individual pela trajetória social é uma culpa por um passado que verdadeiramente só existe à luz de um presente sobre o qual o indivíduo não tem qualquer controle. A solidão que daqui resulta faz com que o interesse individual, qualquer que ele seja, não pareça susceptível de se poder congrega e organizar na sociedade capitalista e de poder reivindicar segundo as vias políticas e organizacionais próprias deste tipo de sociedade (SANTOS, 1995, p. 27-28).

Esta complexidade dos processos de individualização pode ser atribuída, em grande parte, à origem e estrutura dos próprios mecanismos e dispositivos que lhe outorgam sustentação política e cultural. Com efeito, poder-se-ia hipotetizar que uma das conseqüências mais significativas da globalização consiste no adensamento tecno-político e, ao mesmo tempo, na universalização e padronização das tecnologias políticas a serviço das estratégias de individualização dos agentes sociais. Isto pode ser especialmente observado na importância que adquirem as trajetórias biográficas e os estilos de vida para os processos de individualização do social, assunto que será abordado a seguir.

2 Trajetórias biográficas e estilo de vida em um mundo globalizado

É possível concordar com Giddens (1995, p. 49) quando afirma que a “reflexividade da modernidade atinge o coração do eu”, o qual exige ser explorado e construído como parte de um processo que permite vincular a mudança pessoal e a mudança social.

Giddens (1995) aponta, entre outros, cinco pressupostos que sustentam a responsabilização do indivíduo na construção das trajetórias biográficas em condições de modernidade e que podem ser resumidos da seguinte maneira:

- O eu é geralmente considerado como um projeto reflexo do qual o indivíduo é responsável. Nas palavras do próprio Giddens (1995, p. 98), a consigna seria: “Não somos o que somos, mas o que nos fazemos”.
- A construção das biografias individuais segue uma linha organizada segundo uma trajetória que assinala a passagem de um passado conheci-

do para um futuro previsto. A auto-apropriação do passado é realizada à luz do que é previsto para um futuro (organizado). Portanto, a trajetória do eu possui uma coerência que deriva da consciência cognitiva sobre as diferentes fases da vida.

- A reflexividade do eu é contínua e generalizada. O indivíduo é permanentemente interpelado, pedindo-se a ele que se interroge a si mesmo sobre o que acontece, o que pensa, o que sente e o que faz. Esta condição apresenta elementos compatíveis com a identificada por Michel Foucault (1991) na confissão como mecanismo de poder e de construção do saber no mundo moderno: a fala individual constitui uma fonte inesgotável de conhecimento da verdade sobre o indivíduo moderno.
- A reflexividade do eu se estende ao corpo, entendendo o mesmo como parte de um sistema de ação mais do que como um mero objeto passivo.
- A realização do eu implica em um equilíbrio entre oportunidade e risco, dada a consciência secular do risco inerente às estratégias de cálculo a adotar pelos indivíduos em relação ao futuro, num mundo de múltiplas ofertas de identidade e de ação.

Uma das manifestações mais relevantes do desenvolvimento de novos padrões de individualização pode ser observada na crescente importância que assumem os *estilos de vida* nas sociedades contemporâneas. Assim, na ordem pós-tradicional da modernidade “o eu se torna um projeto reflexivo” que deve ser explorado e construído (GIDDENS, 2002, p. 37).

A expressão *estilo de vida* se encontra amplamente difundida no nível

da linguagem comum. No campo das Ciências Sociais, só foi recuperada recentemente, procurando-se identificar suas origens e significados⁴.

Algumas abordagens tendem a considerar a questão dos estilos de vida de uma perspectiva na qual a sua importância institucional reside no papel dos atores individuais perante os processos de eleição que derivam da pluralização dos mundos de vida, no sentido conferido por Peter Berger *et al.* (1979) a esta expressão. Deste ponto de vista, *o estilo de vida* se transforma no resultado de viver num mundo pós-tradicional no qual é imposta a necessidade de escolher entre diversas alternativas (GIDDENS, 1995). Na perspectiva de Giddens (2002), *o estilo de vida* pode ser definido como um conjunto relativamente integrado de práticas que um indivíduo abraça, as quais funcionam como fonte de satisfação de necessidades utilitárias e, principalmente, como suporte para a construção de narrativas em torno da auto-identidade.

Mas precisamente por causa de sua natureza institucional, a questão dos estilos de vida transcende as existências individuais e grupais concretas. Isso determina que até os sujeitos menos privilegiados sejam objetos dessa classe de imperativos.

O principal fundamento desta afirmação radica no papel que assumem os sistemas expertos, que podem fazer do *estilo de vida* um instrumento normalizador, participando desde diferentes âmbitos de ação e envolvendo uma diversidade de agentes e formas de autoridade. Por conseguinte, a construção da biografia orientada pelos *estilos de vida* não estaria vedada aos setores excluídos ou de pobreza, pois

[...] o 'estilo de vida' se refere também às decisões tomadas e às linhas de ação adotadas em situações de limitação material rigorosa; entre estes padrões de estilo de vida pode ser incluída também a rejeição mais ou menos deliberativa de formas mais difusas do comportamento e consumo (GIDDENS, 1995, p. 15).

Desse modo, os indivíduos na alta modernidade devem seguir um estilo de vida, no qual são obrigados a escolher, em termos de como agir e também sobre quem ser (GIDDENS, 2002).

Embora muitas de nossas atividades cotidianas estejam abertas à escolha obrigatória, isso não significa que

[...] todas as escolhas estão abertas para todos, ou que as pessoas tomam todas as decisões sobre as opções com pleno conhecimento da gama de alternativas possíveis (GIDDENS, 2002, p. 80).

Quem toma e como toma decisões sofre a refração das relações de poder preexistentes. Por isso, Giddens (1997, p. 95) afirma que a

[...] abertura da vida social à tomada de decisão não deve ser identificada ipso facto com o pluralismo; é

também um meio de poder e estratificação.

Apesar dos indivíduos se defrontarem permanentemente com uma pluralidade de escolhas nas circunstâncias da modernidade tardia, os padrões de estilo de vida não são tão amplos. Na verdade, a oferta de estilos de vida é cada vez mais padronizada.

Um estilo de vida envolve um conjunto de hábitos e orientações e, assim, tem uma certa unidade – importante para uma sensação de continuidade da segurança ontológica – que liga as opções num padrão mais ou menos ordenado. Alguém que está comprometido com um determinado estilo de vida necessariamente veria várias opções como 'inadequadas' a ele ou ela, da mesma forma que veria os outros com estivesse em interação. Além disso, a seleção ou criação de estilos de vida é influenciada por pressões de grupo e pela visibilidade de modelos, assim como pelas circunstâncias socioeconômicas (GIDDENS, 2002, p. 80-81).

É característico ainda que frente às opções de estilo de vida, o planejamento da vida seja incorporado como uma estratégia importante. Junto com os padrões do estilo de vida, os planos de vida

[...] são conteúdo substancial da trajetória reflexivamente organizada do eu. O planejamento da vida é um meio de preparar um curso de ações futuras mobilizadas em termos da biografia do eu (GIDDENS, 2002, p. 83).

Dessa forma, o planejamento da vida, enquanto construção reflexiva da

auto-identidade exige do indivíduo a organização do tempo em termos de preparação para o futuro e interpretação do passado.

As escolhas de estilo de vida e o planejamento da vida não são simplesmente constitutivos da vida cotidiana dos agentes sociais, mas constituem ambientes institucionais que ajudam a dar forma a suas ações. Essa é uma das razões por que, nas circunstâncias da alta modernidade, sua influência é mais ou menos universal, independente de quão objetivamente limitadoras possam ser as situações sociais de indivíduos ou de grupos particulares (GIDDENS, 2002, p. 84).

Não desconhecendo que os indivíduos e os grupos realizam suas escolhas biográficas em função de condições e oportunidades objetivas, igualmente pode-se afirmar que tanto os estratos “menos privilegiados” quanto os “mais prósperos” constituem reflexivamente sua auto-identidade e são afetados pelas influências globalizantes.

De outro ponto de vista, o *estilo de vida* pode ser interpretado como uma das expressões que assume o que Michel Foucault designa como *tecnologias do eu*⁵, e que define nos seguintes termos:

[...] tecnologias do eu, que permitem aos indivíduos realizar, por sua conta ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos com o fim de atingir certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade (FOUCAULT, 1991, p. 48).

Para Foucault (1991), o desenvolvimento do saber científico e técnico estabeleceu seus “jogos de verdade” em estreita relação com técnicas específicas que os seres humanos utilizam para se entender a si mesmos.⁶ Desde a ótica empregada no presente trabalho, a questão do *estilo de vida* pode ser inscrita no desenvolvimento mais amplo das *tecnologias do eu* enunciado por Foucault.

O saber científico/técnico desempenha um papel fundamental na construção e difusão padronizada de estilos de vida. Um dos mais notórios exemplos de participação do saber experto nesse quesito pode ser achado no caso da medicina. Tanto a medicina clínica quanto a saúde pública mostram uma crescente produção discursiva no que diz respeito à noção de *estilo de vida*. Principalmente através de campanhas e outras ações de educação para a saúde, observa-se uma progressiva ênfase no papel etiológico das escolhas feitas pelos indivíduos em matéria de estilo de vida quanto aos danos à saúde.

Uma das conseqüências mais importantes deste componente discursivo é o papel atribuído pelo saber médico e outros sistemas expertos ao autocontrole e à modelização de condutas. Os indivíduos são assim exortados pelas autoridades expertas a avaliar suas próprias vulnerabilidades, procurando não sucumbir na doença e conseguindo mudar seus comportamentos para evitá-la (LUPTON, 1993, p. 427).

Em condições de modernidade tardia, observa-se que a construção das biografias adquire uma importância ainda mais estratégica. Quando as perspectivas de construir espaços coletivos se enfraquecem e se tornam cada vez mais nebulosas, a problematização do social começa a ser transferida para o domínio espacial e temporal do eu (BAUMAN, 2000). Sem sombra de dúvidas, a conseqüência mais dramática disso consiste na desconstrução da política.

Bauman (2000) apresenta uma análise bastante esclarecedora a respeito disso quando afirma que as opções individuais em matéria de *estilo de vida* encontram-se limitadas por dois conjuntos de restrições: um que remete à agenda de opções ou conjunto de alternativas efetivamente disponíveis, e outro que é definido pelo código de escolha. Este último compreende as regras que indicam com base em que se deve preferir uma coisa a outras e quando determinada escolha resulta adequada ou não. Ambos os conjuntos de restrições configuram o quadro em que opera a liberdade de opção individual.

A desconstrução da política decorre precisamente do fato das instituições políticas terem abandonado ou diminuído seu papel de criadoras de código e agenda. Ao mesmo tempo, isso não significa que se amplia o âmbito de opção individual. Significa, sim,

[...] que a função de estabelecer código e agenda está sendo decididamente transferida das instituições políticas (isto é, eleitas e em princípio controladas) por outras forças. [...] O recuo ou autolimitação do Estado tem como efeito mais destacado uma maior exposição dos optantes tanto em impacto coercitivo (agendador) como doutrinador (codificador) de forças essencialmente não políticas, primordialmente aquelas associadas aos mercados financeiro e de consumo (BAUMAN, 2000, p. 79-80).

Porém, trata-se de forças cujos suportes institucionais não foram ainda o suficientemente analisados pelas Ciências Sociais contemporâneas. Muitas são as interrogantes que emergem a respeito das características e modos de funcionamento das tecnologias políticas que tornam possível a individualização dos agentes sociais em tempos de globalização.

Neste sentido, cabe perguntar que classe de tecnologias políticas estaria dando sustentação às novas estratégias de gestão do social que seriam típicas das sociedades contemporâneas. Nesta direção, percebe-se que as novas modalidades de individualização e controle sociais afastam-se das estratégias punitivas e assistenciais tradicionais – sem serem inteiramente excluídas – para desenvolver novas modalidades de gestão da questão social. Como observa Castel (1986, p. 241), substituem-se as anteriores tendências a segregar ou reintegrar ao corpo social os elementos indesejáveis ou desviados – através de intervenções punitivas ou corretivas – pelas atuais tecnologias dirigidas a atribuir destinos sociais diferentes aos indivíduos de acordo com suas capacidades para empreender com sucesso a “biografização” dos problemas sociais, assumindo em nível individual as mais brutais exigências da competitividade e da rentabilidade.

No entanto, é necessário observar com prudência as novidades que introduzem estas mudanças, principalmente com relação aos processos de re-qualificação e redefinição dos papéis tradicionais dos agentes técnicos. Trata-se de fenômenos muitos recentes como para poder ponderar adequadamente sua significação e enraizamento sociais. Contudo, a literatura e a pesquisa em torno do tema apontam para um reconhecimento da expansão relativa dos processos de individualização e, não poucas vezes, da responsabilização e *culpabilização* das pessoas. Neste aspecto, pelo menos do ponto de vista das expectativas institucionais, o papel dos agentes técnicos é fundamental para a vigilância e socialização dos indivíduos nos processos de adoção de estilos de vida avaliados como “saudáveis” e “corretos”, segundo os padrões dominantes.

Na literatura socioantropológica sobre este tema, pode-se verificar uma crescente preocupação pelas conseqüências sociopolíticas dos processos individualizadores. Não obs-

tante, é preciso consignar que essas preocupações não incluem, pelo menos de maneira privilegiada, análises sobre o papel que neles desempenham os agentes profissionais.⁷

A questão do papel das profissões requer um exame mais detalhado, tarefa que ultrapassa os objetivos do presente estudo. No entanto, pode-se provisoriamente afirmar que algumas profissões, como a de médico e a de assistente social, encontram-se perante desafios muito interessantes, introduzidos por esse quadro de transformações institucionais que se exprime nos processos que aqui foram examinados. Conforme sugerem alguns resultados de pesquisas (MITJAVILA, 1999), novas funções e competências estariam aparecendo como exigências institucionais para diversas categorias profissionais (assistentes sociais, psicólogos, educadores, médicos, etc.). Por isso, as trajetórias sócio-históricas destas profissões serão profundamente alteradas a partir dos novos mandatos institucionais associados aos processos de individualização social. No entanto, trata-se apenas de uma hipótese cujo valor atual restringe-se a impulsionar e orientar pesquisas específicas sobre os campos profissionais e suas conexões com as novas tecnologias individualizadoras.

Considerações finais

A experiência da modernidade no momento contemporâneo parece estar nos introduzindo numa nova forma de *societalização* que se traduz, como foi analisado ao longo do presente trabalho, na emergência de novas modalidades de individualização dos agentes sociais. A individualização não significa individuação (entendida como personalização, singularidade ou emancipação) e sim uma substituição das formas habituais de atribuição de identidade (baseadas na classe, a família, o gênero, etc.) por *padrões biográficos institucionais* (BECK,

1992) e pela imposição ao indivíduo do imperativo social de constituir sua própria biografia baseada nas ofertas *identitárias* e nos estilos de vida disponíveis no mercado simbólico da contemporaneidade.

Trata-se de uma alteração significativa das relações entre indivíduo e instituições sociais que se exprime em uma notável contradição. Como assinala Augusto (2001), no preciso momento em que o valor “realização de si” emerge como um dos pontos principais de manifestação da individualidade, acentuam-se as contradições inerentes aos processos de individualização contemporâneos. Estes se desenvolvem sob um modo de *societalização* que torna crescentemente impossível a autonomização individual, exigindo até dos indivíduos mais desprotegidos e carentes de suportes sociais, que assumam a responsabilidade individual pelas conseqüências indesejáveis dos perigos tanto internos quanto daqueles que provêm do ambiente.

Devido a isto, na literatura socioantropológica sobre este tema, pode-se verificar uma crescente preocupação pelas conseqüências sociopolíticas dos processos individualizadores. Não obstante, é preciso consignar que estas preocupações não ultrapassaram, ainda, o *status* de assuntos a serem incluídos nas agendas de investigação das Ciências Sociais.

Um desses assuntos refere-se à participação do saber experto (científico-técnico) nos processos de individualização social. Determinados agentes e categorias profissionais ocupam, devido à natureza de suas competências e posições institucionais, papéis relevantes como guardiães da ordem institucional. Em virtude da divisão do trabalho instaurada pelas tecnologias de individualização social, o saber experto apresenta-se como um elemento essencial para a construção das biografias individuais e dos estilos de vida. Assistentes sociais, psicólogos, médicos e educadores representam algumas das áreas do saber experto e da interven-

ção profissional que se situam no coração dos processos individualizadores. Participam de maneira estratégica na construção, empregando de novo a expressão de Bauman (2000), tanto das agendas quanto dos códigos que em tempos de globalização orientam a construção das trajetórias biográficas.

Isto encerra perigos e desafios para os campos do saber científico e técnico envolvidos nestes processos. Ao focalizar a questão dos estilos de vida “saudáveis ou corretos”, por exemplo, algumas categorias profissionais encontram-se especialmente expostas ao risco de responsabilizar e culpar os indivíduos, como se suas trajetórias biográficas fossem apenas o resultado de escolhas individuais e espontâneas, ignorando sua verdadeira e profunda natureza institucional.

Porém, a percepção destes riscos deveria ser uma fonte de renovação dos desafios intelectuais que a questão da individualização introduziu na teoria social desde suas próprias origens: indivíduo e sociedade têm sido sempre conceitos mutuamente referidos e situados no centro das clivagens conceituais que organizaram a trajetória das Ciências Sociais. Trata-se de uma problemática que remete aos jogos de opostos que desvelaram os cientistas sociais de todos os tempos: totalidade / particularidade, exterioridade / interioridade, materialidade / subjetividade, sujeição / emancipação, individual / coletivo, por mencionar alguns dos mais expressivos.

Recebido em 02.03.2004. Aprovado em 24.04.2004.

Referências

- AUGUSTO, M. H. O. Temporalidade, individualidade e ordem social. *Fronteras*, n. 4, p. 63-73, 2001.
- _____. O indivíduo na teoria social e na literatura: o momento contemporâneo. *Cadernos CERU*, n. 4, série 2, p. 5-31, 1993.
- BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- _____. *Modernity and ambivalence*. Cambridge: Polity, 1991.
- BECK, U. Reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 11-71.
- _____. *Risk Society*. Towards a New Modernity. London: Sage Publications, 1992.
- BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. Réplicas e críticas. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 205-254.
- BERGER, P. et al. *Un mundo sin hogar*. Modernización y conciencia, Santander: Sal Terrae, 1979.
- BERIAIN, J. *Representaciones colectivas y proyecto de modernidad*. Barcelona: Anthropos, 1990.
- CASTEL, R. De la peligrosidad al riesgo. In: ALVAREZ-URÍA, F; VARELA, J. (Ed.) *Materiales de Sociología crítica*. Madrid: La Piqueta, 1986. p. 219-243.
- DOMINGUES, J. M. Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporâneo. In: DOMINGUES, J. M. *Criatividade social, subjetividade e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999. p. 143-172.
- FOUCAULT, M. *Tecnologías del yo*. Y otros textos afines. Barcelona: Paidós, 1991.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- _____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 73-133.
- _____. *Modernidad e identidad del yo*. El yo y la sociedad en la época contemporánea. Barcelona: Ediciones Península, 1995.
- _____. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- GUATTARI, F. *Caosmose*. Um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HELLER, A. *Biopolítica*. La modernidad y la liberación del cuerpo. Barcelona: Península, 1995.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. Cap. 1.
- LASH, S.; WYNNE, B. Introduction. In: BECK, U. *Risk society*. Towards a new modernity. London: Sage Publications, 1992.
- LUPTON, D. Risk as moral danger: the social and political functions of risk discourse in Public Health. *International Journal of Health Services*. n. 23, p. 425-35, 1993.
- MITJAVILA, M. O risco como recurso para a arbitragem social. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, n. 14, v. 2, p. 129-145, out. 2002.
- _____. *O risco e as estratégias de medicalização do espaço social: Medicina Familiar no Uruguai (1985-1994)*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- MOREY, M. Introducción: la cuestión del método. In: FOUCAULT, M. *Tecnologías del yo*. Y otros textos afines. Barcelona: Paidós, 1991.
- ROSANVALLON, P. *La nueva cuestión social*. Repensar el Estado Providencia. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1995.

SANTOS, B. S. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, n. 7, 1995, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 1995. p. 1-56.

VIOLA, E.; LEIS, H.R. Mudanças na direção de uma globalização multidimensional complexa In: *Condição humana e modernidade no Cone Sul*. Ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 259-292.

YUDICE, G. Posmodernidad y capitalismo transnacional en América Latina. In: GARCIA CANCLINI, N. (Comp.) *El debate sobre la modernidad en América Latina*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1991.

Notas

- 1 Adota-se aqui a perspectiva de Anthony Giddens (1995), que utiliza a expressão *modernidade tardia* para referir às formas institucionais que a modernidade adota na contemporaneidade, incluindo, ou não suas versões mais radicalizadas, suas transformações e crise.
- 2 A literatura sobre o tema tem destacado, entre outras, as dimensões: política, econômico-produtiva, militar, financeira, governabilidade global, comunicacional-cultural, científico-tecnológica, Populacional-migratória, epidemiológica, criminal-policial e ambiental-ecológica. Uma abordagem multidimensional da globalização pode ser consultada em Viola (2003).
- 3 P. Berger, *The Sacred Canopy*, New York, 1967, citado por Beriain (1990).
- 4 Anthony Giddens (1995) salientou recentemente que, de acordo com suas próprias indagações, os escritos de Alfred Adler e Max Weber representam, a respeito, as influências mais importantes. Também destaca que as noções destes autores acabaram se traduzindo no que atualmente se entende como “estilo de vida” na língua comum, isto é, os esquemas de percepção e formas de conduta ligadas ao consumo e à publicidade.
- 5 Na verdade, Foucault se refere às “tecnologias de si mesmo”. O termo “eu” estaria apontando, não ao próprio sujeito, mas a seu interlocutor interior: “ele mesmo” (*self; soi*) (MOREY, 1991).
- 6 Michel Foucault (1991) concebe a existência de outros três tipos principais de tecnologias: (i) de produção, focalizadas à produção, transformação e manipulação das coisas; (ii) os sistemas de sinais, dirigidas ao uso dos sentidos, sinais, símbolos ou significações; (iii) de poder, que consistem numa objetivação do sujeito, através da submissão a certas formas de dominação. É interessante sublinhar que para Foucault, estas tecnologias (nenhum dos seus quatro tipos) não costumam funcionar isoladamente, embora individualmente consideradas possam estar associadas com formas particulares de dominação. Ainda que todas impliquem formas de aprendizagem e de modificação dos indivíduos, a obra de Foucault – e é reconhecido por todos – aponta fundamentalmente, no que se refere às tecnologias, à análise das tecnologias do poder e do eu.
- 7 Isto não significa ausência de trabalhos sobre o papel de uma ou varias profissões em determinadas áreas da vida social. Muitos desses trabalhos constituem reflexões, em ocasiões extremamente lúcidas e provocadoras, sobre as práticas profissionais desde a ótica desse mesmo campo profissional. O que se pretende salientar é que a sociologia das profissões experimentou, nos últimos vinte anos, um considerável

e progressivo declínio como campo de especialização. A produção mais recente tende a se enquadrar em estudos articulados com a sociologia do trabalho. Inclusive, o melhor e o pior da herança do estrutural-funcionalismo norte-americano voltado para o estudo das profissões parece não ter achado substitutos na teoria social contemporânea no que refere à investigação das relações entre instituições sociais e campos profissionais.

Myriam Raquel Mitjavila

myriam@cse.ufsc.br

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
Centro Sócio-Econômico - UFSC
Campus Universitário – Trindade
Florianópolis/SC

Cristiane da Silva de Jesus

cris-didi@bol.com.br

Rua Sagrado Coração de Jesus, 189
Morro das Pedras
Florianópolis/SC
CEP: 88066-070